



## Relatório INSP-2019-0075 BI-2019-0080

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 10/07/2019      **Hora:** 10H50      **Tipo:** Reinspeção (Irregularidades)  
**Motivo da inspeção:** Seguimento  
**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

##### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, e teve como objetivo dar seguimento à inspeção realizada em 11/06/2018, cujo relatório de inspeção, INSP-2018-0035, consta do BI-2018-0040.

No local foi contactado o proprietário do terreno e responsável pelas construções, que prestou os esclarecimentos solicitados.

A ação inspetiva foi acompanhada por dois elementos da Polícia Marítima da Horta, Agentes de 1.ª Classe, Sílvia Cristina de Almeida Pereira e Fernando Jorge Meneses Barão Ales.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Bruno Miguel Martins Gonçalves      **NIPC/NIF:** 215233476  
**Sede/morada:** Rua Dr. António Passos, n.º 88-A  
**Código Postal:** 8900-291      **Freguesia:** Vila Real de Santo António  
**Concelho:** Vila Real de Santo António      **Ilha:** Faro

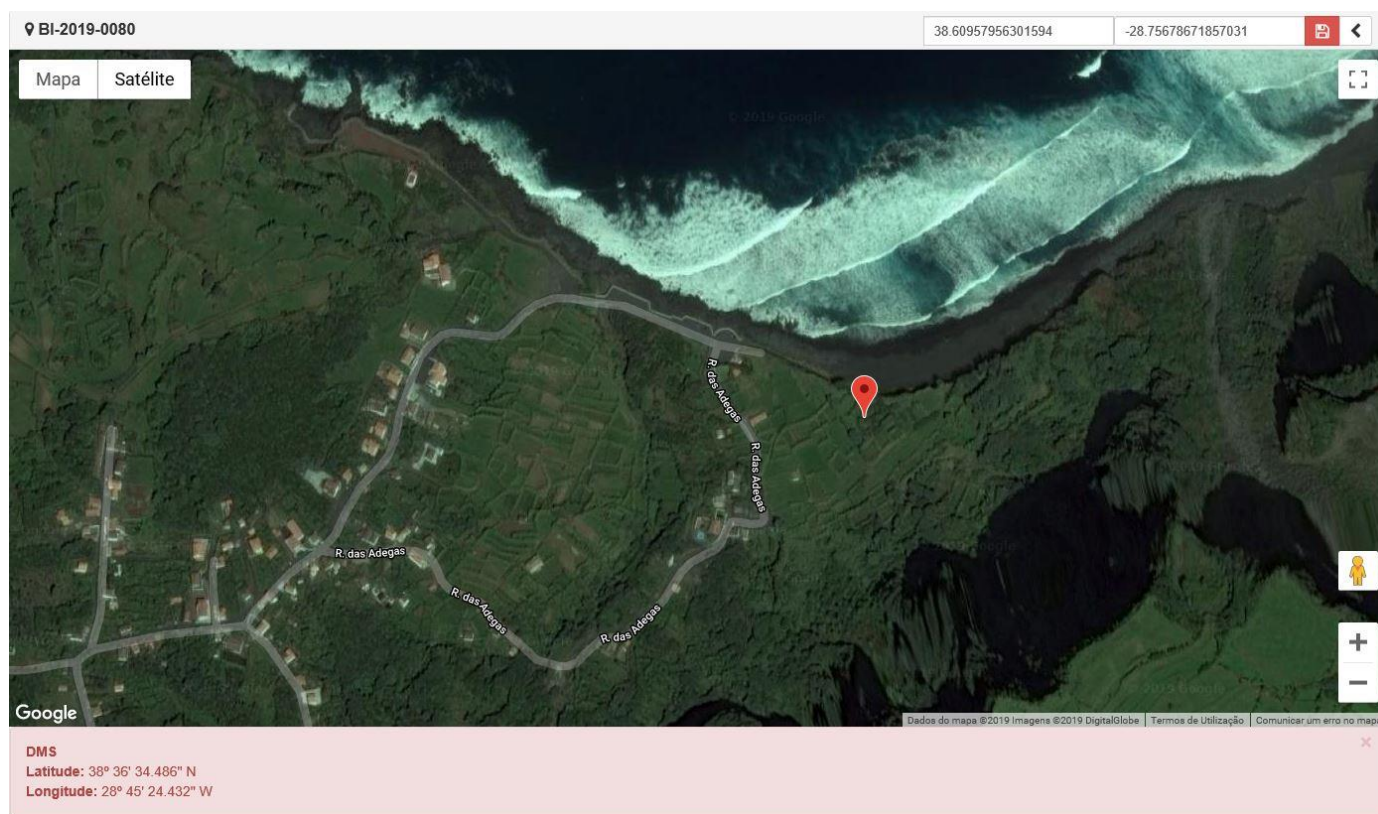
#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Dois terrenos: Artigo Matricial n.º 1548 e Artigo Matricial N.º 1566  
**Endereço:** Vale d'Areia - Fajã  
**Código Postal:** 9900-471      **Freguesia:** Praia do Norte  
**Concelho:** Horta      **Ilha:** Ilha do Faial  
**Licenciamento da atividade:** Não licenciada

<b>Coordenadas geográficas:</b>	38° 36' 33,80" N	28° 45' 24,00" W	Construção no Prédio inscrito na Caderneta Predial Rústica com o <b>Artigo Matricial N.º 1548</b>
	38° 36' 34,50" N	28° 45' 24,20" W	Construção no Prédio inscrito na Caderneta Predial Rústica com o <b>Artigo Matricial N.º 1566</b>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



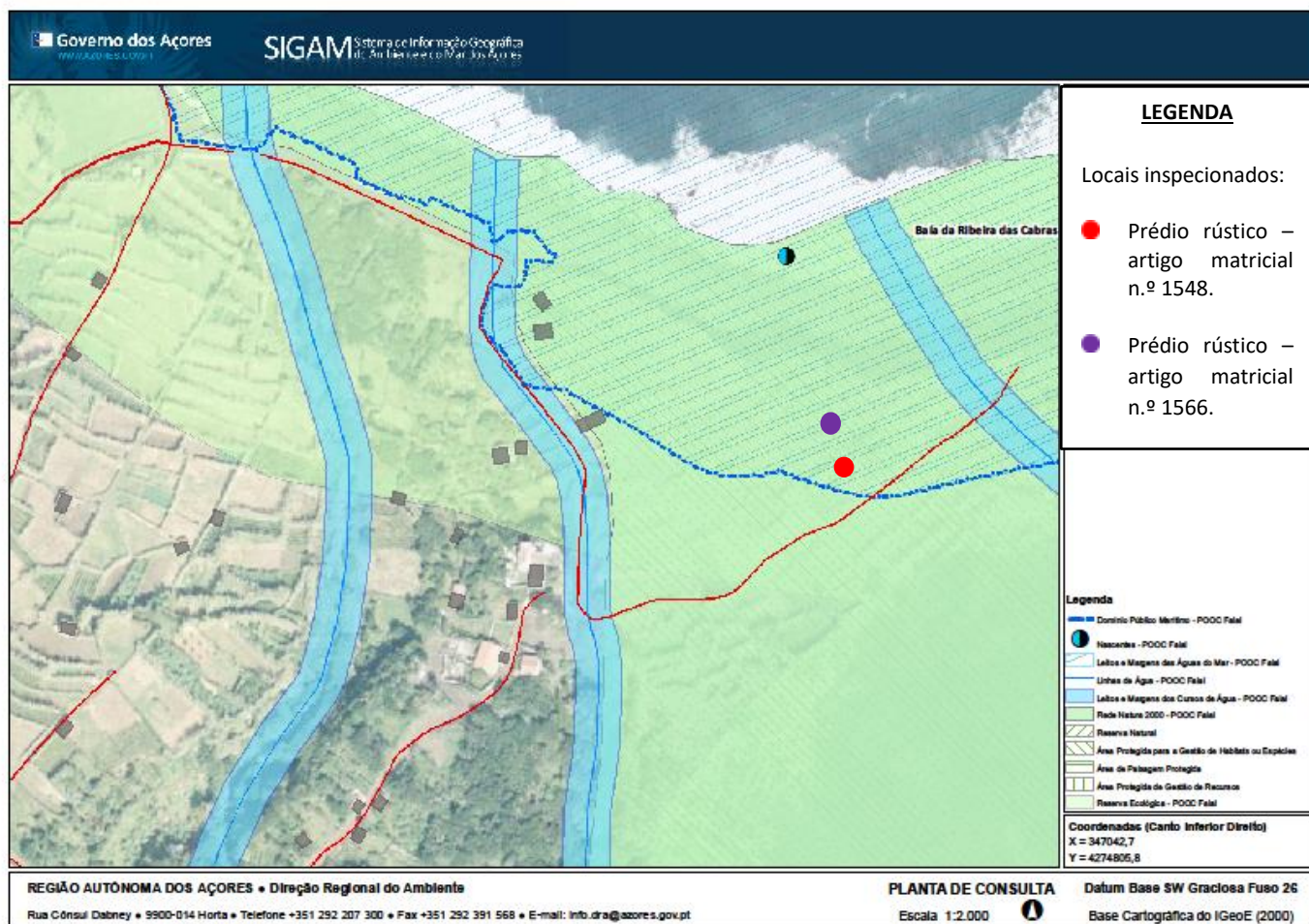
**Figura 1:** Localização dos terrenos inspecionados. (Fonte: GestIRA)



**Figura 2:** Vista da localização dos terrenos inspecionados.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



**Figura 3:** Localização das construções na Planta de Condicionantes do POOC do Faial:

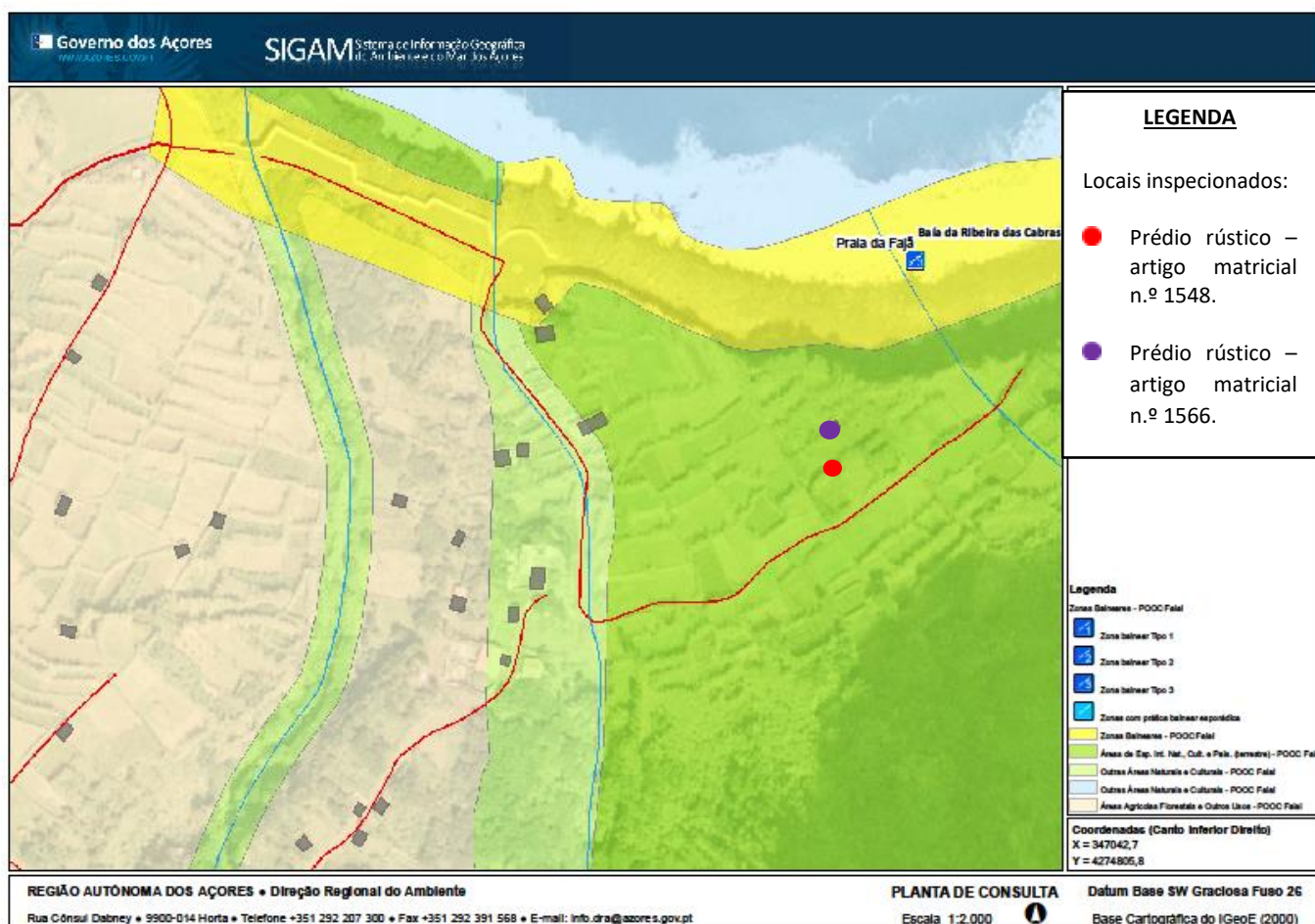
**Domínio Público Marítimo – Margem das Águas do Mar;  
Reserva Ecológica;**

**PNI – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies dos Capelinhos, Costa Noroeste e Varadouro;  
Rede Natura 2000 – ZEC da Caldeira e Capelinhos.**

(Fonte: Sistema Regional de Informação Territorial (SRIT); <http://sig.sram.azores.gov.pt/SRAM/site/SRIT/>)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



**Figura 4:** Localização das construções na Planta Síntese do POOC do Faial:

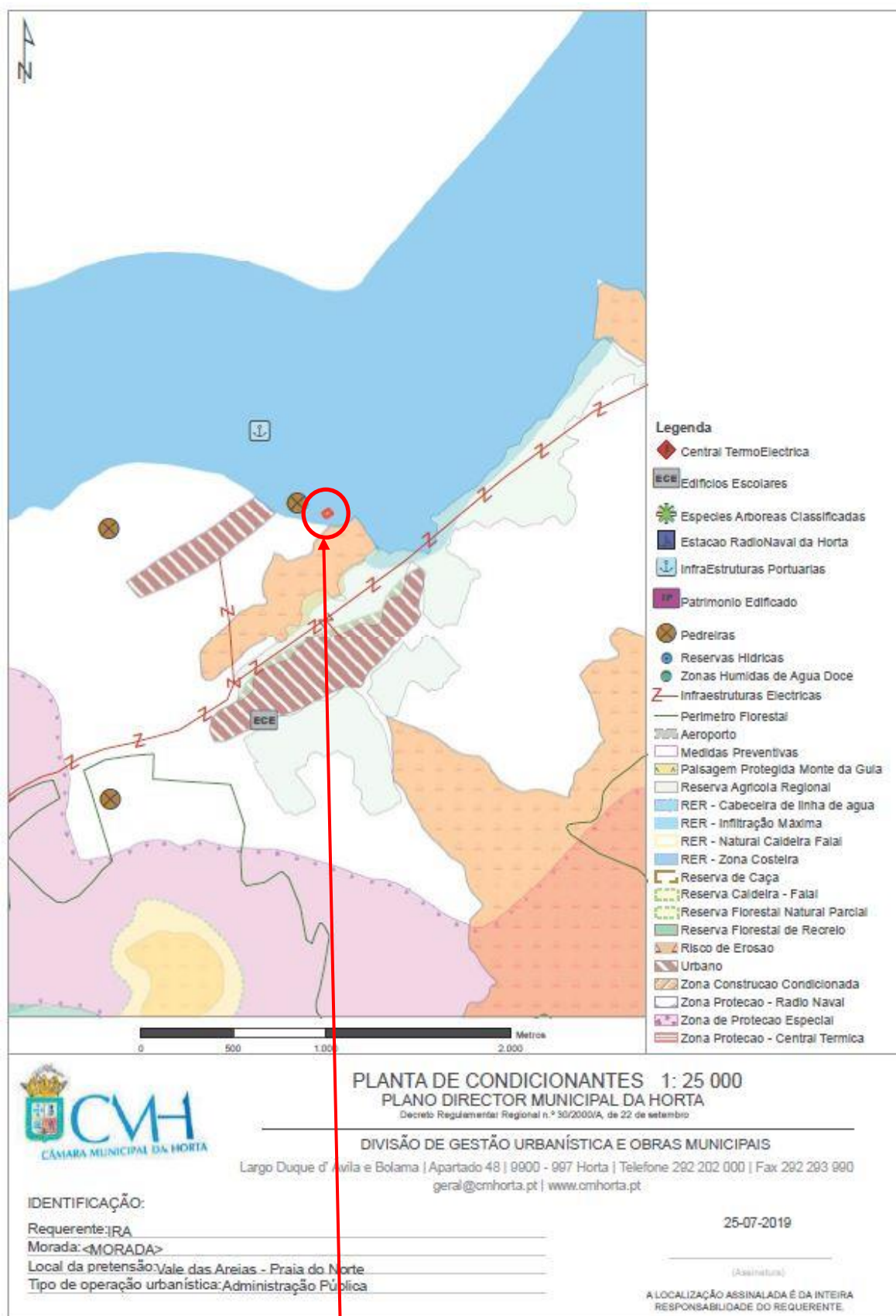
**Zona A – Áreas indispensáveis à utilização sustentável da orla costeira:**

**Áreas de Especial Interesse Natural, Cultural e Paisagístico**

(Fonte: Sistema Regional de Informação Territorial (SRIT); <http://sig.sram.azores.gov.pt/SRAM/site/SRIT/>).



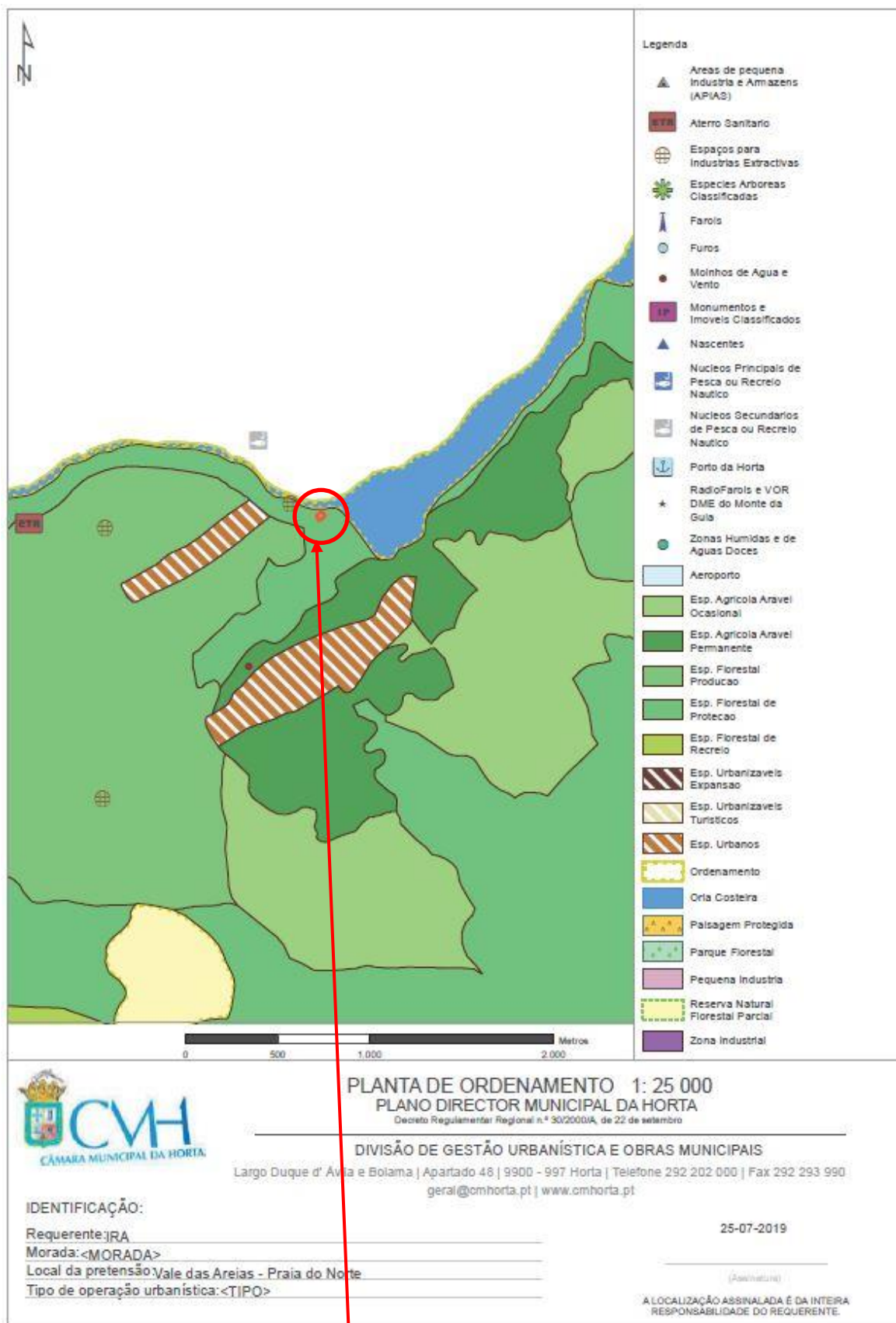
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



**Figura 5 – Localização dos terrenos inspecionados na Planta de Condicionantes do PDM da Horta:  
“RESERVA ECOLÓGICA – Zona Costeira”**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



**Figura 6 – Localização dos terrenos inspecionados na Planta de Ordenamento do PDM da Horta: “Espaço Florestal de Protecção”**



## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

- i) Em 11/06/2018 foi realizada uma ação inspetiva aos terrenos em apreço, cujo relatório **INSP-2018-0035**, de 29/06/2018, que se anexa (**DOC.1**), identifica 8 irregularidades relativas à construção de duas habitações;
- ii) Em 29/06/2018, a entidade inspecionada foi informada das irregularidades identificadas e notificada (**SAI-2018-0342**, de 29/06/2018 – **DOC.2**, em anexo) para, no prazo de 30 dias úteis, comprovar junto deste serviço inspetivo as diligências efetuadas para promover a sua regularização devendo, para o efeito, enviar à IRA os comprovativos dos pareceres solicitados à DRA e à DRAM;
- iii) Em 15/10/2018, a entidade inspecionada entrega na IRA cópia dos pedidos de pareceres submetidos à DRA, registado na IRA com a Ref.ª **ENT-2018-0781**, de 15/10/2018 (**DOC.3**, em anexo), e à DRAM, registado na IRA com a Ref.ª **ENT-2018-0782**, de 15/10/2018 – **DOC.4**, em anexo);
- iv) Em 18/12/2018 a DRA emite o seu parecer pelo ofício SAI-DRA/2018/4849, registado na IRA com a Ref.ª **ENT-2019-0110**, de 24/01/2019 (**DOC.5**, em anexo), através do qual indefere a ampliação das ruínas existentes e identificadas na caderneta predial rústica com o **artigo matricial N.º 1548** e inviabiliza a pretensão de construção no prédio inscrito na caderneta predial rústica com o **artigo matricial N.º 1566**, por não existir registo de ruínas e, por ambas as pretensões estarem inseridas:
  - no **Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)** da ilha do Faial, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2012/A, de 3 de setembro, alterado pela Declaração Nº 5/2016, de 14 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2017, de 17 de março, em área classificada como **Zona A – Áreas de Especial Interesse Natural, Cultural e Paisagístico**;
  - em área afeta à **Reserva Ecológica**, cujo regime jurídico foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;
  - no **Domínio Hídrico – Leitos e Margens das Águas do Mar**, cujo regime de utilização dos recursos hídricos foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro;
  - na **Zona Especial de Conservação da Caldeira e Capelinhos**, classificada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2009/A, de 3 de junho, integrada na REDE NATURA 2000, e à qual é aplicável o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade;
  - no **Parque Natural da ilha do Faial**, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 46/2008/A, de 7 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional Nº 7/2019/A, de 27 de março, em zona classificada como **Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies dos Capelinhos, Costa Noroeste e Varadouro**;
  - no **Plano Diretor Municipal (PDM)** da Horta, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 30/2000/A, de 22 de setembro, em zona classificada como **Espaços Florestais de Proteção** e em área afeta à **Reserva Ecológica**, na tipologia **Zona Costeira – Zona Terrestre**.



A DRA fundamenta o indeferimento das pretensões por as mesmas violarem:

- os artigos 12.º e 14.º do regulamento do POOC da ilha do Faial,
- o artigo 19.º do regulamento do PDM da Horta,
- o artigo 20.º do regime jurídico da Reserva Ecológica.

v) Em 11/03/2019, a DRAM emite parecer através do ofício SAI-DRAM/2019282, registado na IRA com a Ref.ª ENT-2019-0303, de 12/03/2019 (**DOC.6**, em anexo), através do qual informa que os terrenos em apreço estão totalmente inseridos na **Margem das Águas do Mar**, enquadrando-se no disposto no artigo 12.º, n.º 3, da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a **Titularidade dos Recursos Hídricos**, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto, pelo que a realização de construções, quando incidam sobre margens particulares, está sujeita a autorização prévia de utilização dos recursos hídricos, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a **Lei da Água**, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho, e desde que respeitado o disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro.

## 2.2 – Descrição da situação observada

### 2.1.1 – Situação observada no Prédio inscrito na Caderneta Predial Rústica com o Artigo Matricial N.º 1548

No local verificou-se que a construção, detetada em 11/06/2018 e descrita no relatório de inspeção **INSP-2018-0035**, se mantém no local, semelhante ao observado em 2018, não tendo sido concluída (**Figuras 7 a 9**):

- construção de edificação com cerca de 25,76 m<sup>2</sup> (4,60 X 5,60) de área coberta;
- construção de um alpendre com cerca de 22,40 m<sup>2</sup> (4,00 X 5,60);
- construção de muros em pedra.



**Figura 7:** Fachada Norte da habitação



**Figura 8:** Fachada nascente e alpendre



**Figura 9:** Fachada poente

### 2.1.2 – Situação observada no Prédio inscrito na Caderneta Predial Rústica com o Artigo Matricial N.º 1566

Verificou-se igualmente que a construção, detetada em 11/06/2018 e descrita no relatório de inspeção **INSP-2018-0035**, também se mantém no local, semelhante ao observado em 2018, não tendo sido concluída (**Figuras 10 a 13**):

- reconstrução de edificação com cerca de 27,72 m<sup>2</sup> (4,20 X 6,60) de área coberta dos quais, cerca de 17,64 m<sup>2</sup> (4,20 X 4,20) correspondem à reconstrução da edificação existente mas não licenciada, e 10,08 m<sup>2</sup> (2,40 X 4,20) são relativos à ampliação da edificação;
- construção de um alpendre com cerca de 25,08 m<sup>2</sup> (3,80 X 6,60);
- construção de muros em pedra.



**Figura 10:** Fachada nascente com alpendre



**Figura 11:** Fachada Norte



Figura 12: Fachada poente com ampliação



Figura 13: Fachada poente, ampliação e fossas/  
/caixas de visita

## 2.3 – Outras informações obtidas

Encontrando-se o proprietário no local no momento da visita inspetiva, o mesmo informou que suspendeu as obras depois de ter sido notificado pela IRA (SAI-2018-0342, de 29/06/2018 – **DOC.2**, em anexo), tendo acrescentado que ainda estava à espera dos “papéis” para poder legalizar a ruína existente no Prédio inscrito na Caderneta Predial Rústica com o Artigo Matricial N.º 1566, que não se encontra inscrita na respetiva caderneta predial.

Reforça-se o facto de não ter sido apresentada nenhuma evidência da legalidade da ruína eventualmente existente no artigo matricial n.º 1548, nem da ruína existente no artigo matricial n.º 1566, porquanto:

### i) Prédio inscrito na Caderneta Predial Rústica com o Artigo Matricial N.º 1548

- Construção de uma edificação de raiz com cerca de 25,76m<sup>2</sup> (eventualmente, reconstrução total e ampliação de ruína existente com 23 m<sup>2</sup>, conforme descrito na respetiva caderneta predial) e construção de um alpendre com cerca de 22,40m<sup>2</sup>, totalizando 48,16m<sup>2</sup> de área de implantação<sup>1</sup>, bem como construção de muros de pedra;
- A DRA, no seu parecer emitido pelo ofício SAI-DRA/2018/4849, registado na IRA com a Ref.ª ENT-2019-0110, de 24/01/2019 (**DOC.5**, em anexo), informa o requerente que o projeto de arquitetura deverá ser revisto de forma a não existir qualquer ampliação das ruínas existentes (23m<sup>2</sup>) e identificadas na caderneta predial rústica do artigo matricial n.º 1548;

<sup>1</sup> **Área de implantação** – projeção dos edifícios sobre o terreno, medida pelo perímetro exterior da construção, incluindo esplanadas;  
**Área de construção** – somatório das áreas brutas de todos os pisos dos edifícios, excluindo esplanadas.  
(definições constantes do artigo 4.º, do Regulamento do POOC da Ilha do Faial, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2012/A, de 3 de setembro).



- Quer o Regulamento POOC da ilha do Faial, quer o regime jurídico da REN, apenas permitem obras de conservação e reconstrução de edificações existentes, desde que as mesmas se encontrem devidamente legalizadas;
- Não há qualquer registo ou evidência da ruína eventualmente existente ou da sua reconstrução terem sido legalizadas/licenciadas pela Câmara Municipal da Horta.

#### ii) Prédio inscrito na Caderneta Predial Rústica com o Artigo Matricial N.º 1566

- Reconstrução de ruína existente com cerca de 17,64m<sup>2</sup> e respetiva ampliação com cerca de 10,08m<sup>2</sup>, totalizando uma área de 27,72m<sup>2</sup> de área coberta, e construção de um alpendre com cerca de 25,08m<sup>2</sup>, o que perfaz 52,80m<sup>2</sup> de área de implantação, e ainda, construção de muros de pedra;
- A DRA, através do mesmo parecer referido acima em i), informa o requerente que a pretensão prevista para o prédio identificado na caderneta predial rústica do artigo matricial n.º 1566 não é viável por não haver registo de ruínas;
- Quer o Regulamento POOC da ilha do Faial, quer o regime jurídico da REN, apenas permitem obras de conservação e reconstrução de edificações existentes, desde que as mesmas se encontrem devidamente legalizadas;
- Não há qualquer registo ou evidência da ruína existente ou da sua reconstrução com ampliação terem sido legalizadas/licenciadas pela Câmara Municipal da Horta.

## 2.4 – Enquadramento legal

---

### 2.4.1 – RECURSOS HÍDRICOS

- Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto;
- Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho;
- Regime de Utilização dos Recursos Hídricos, estabelecido no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro;
- Portaria n.º 67/2007, de 15 de outubro, da SRAM – fixa as regras de aplicação na RAA do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

### 2.4.2 – Reserva Ecológica

- Regime jurídico Reserva Ecológica Nacional (REN), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;
- Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, que define:



- as condições e requisitos para a admissão dos usos e ações referidas n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, e
- os usos e ações que carecem de parecer obrigatório e vinculativo da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., (na RAA, da DRA) referido no n.º 5 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro.

#### **2.4.3 – Ordenamento do Território**

- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial na Região Autónoma dos Açores, definido no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto;
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha do Faial, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2012/A, de 3 de setembro, alterado pela Declaração Nº 5/2016, de 14 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2017, de 17 de março;
- Plano Diretor Municipal da Horta, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 30/2000/A, de 22 de setembro;
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, estabelecido no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 66/2019, de 21 de maio.

#### **2.4.4 – Conservação da Natureza**

- Parque Natural da Ilha do Faial, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 46/2008/A, de 7 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional Nº 7/2019/A, de 27 de março;
- Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade, estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril.



### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

#### 3.1 – Foram confirmadas as seguintes infrações no prédio rústico com o Artigo Matricial N.º 1548

Infração	Enquadramento legal
Construção de uma edificação com cerca de 25,76m <sup>2</sup> , construção de um alpendre contíguo à edificação, com cerca de 22,40m <sup>2</sup> (totalizando uma área de implantação de cerca de 48,16m <sup>2</sup> ) e construção de muros em pedra, todas sem licença e localizadas:	<b>RECURSOS HÍDRICOS:</b> Viola o disposto no artigo 62.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, constituindo <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, conjugado com o artigo 1.º do mesmo diploma legal.
– no <b>DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO (DPM) – MARGENS DAS ÁGUAS DO MAR</b> , sem ser detentor do necessário Título de Utilização dos Recursos Hídricos;	<b>RESERVA ECOLÓGICA:</b> Viola o artigo 20.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, configurando a prática de uma <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , prevista no artigo 37.º, n.º 3, alínea a), do mesmo diploma legal.
– em área de <b>RESERVA ECOLÓGICA – ZONA COSTEIRA</b> ;	<b>ÁREAS PROTEGIDAS:</b> Viola o artigo 21.º, n.º 3, alínea a), do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 149.º do mesmo diploma.
– na <b>ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DOS CAPELINHOS, COSTA NOROESTE E VARADOURO</b> , inserida no <b>Parque Natural da ilha do Faial</b> e na <b>Zona Especial de Conservação da Caldeira e Capelinhos (REDE NATURA 2000)</b> ;	<b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – POOC FAIAL</b> Viola os artigos 11.º, n.º 1, alínea a), 12.º e 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2012/A, constituindo <u>contraordenação</u> prevista no artigo 137.º, n.º 1, do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto.
– na <b>ZONA A – ÁREAS INDISPENSÁVEIS À UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ORLA COSTEIRA</b> , numa zona classificada, na planta síntese do <b>POOC da ilha do Faial</b> , como <b>ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE NATURAL, CULTURAL E PAISAGÍSTICO</b> ;	<b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PDM HORTA</b> Viola o artigo 19.º do Regulamento do PDM da Horta, constituindo <u>contraordenação muito grave</u> , prevista no artigo 40.º-A, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 50/2006 de 29 de Agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de Março.
– em zona classificada como <b>Espaços Florestais de Proteção</b> e em área afeta à <b>Reserva Ecológica</b> , na tipologia <b>Zona Costeira – Zona Terrestre</b> , no <b>PDM Horta</b> .	



### 3.2 – Foram confirmadas as seguintes infrações no prédio rústico com o Artigo Matricial N.º 1566

Infração	Enquadramento legal
Reconstrução e conservação duma edificação existente, mas não legalizada, com cerca de 17,64m <sup>2</sup> , obras de ampliação da mesma edificação, com cerca de 10,08m <sup>2</sup> , construção de um alpendre contíguo à edificação, com cerca de 25,08m <sup>2</sup> (totalizando 52,80m <sup>2</sup> de área de implantação) e construção de muros em pedra, todas sem licença e localizadas:	<b>RECURSOS HÍDRICOS:</b> Viola o disposto no artigo 62.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, constituindo <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, conjugado com o artigo 1.º do mesmo diploma legal.
– no <b>DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO (DPM) – MARGENS DAS ÁGUAS DO MAR</b> , sem ser detentor do necessário Título de Utilização dos Recursos Hídricos;	<b>RESERVA ECOLÓGICA:</b> Viola o artigo 20.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, configurando a prática de uma <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , prevista no artigo 37.º, n.º 3, alínea a), do mesmo diploma legal.
– em área de <b>RESERVA ECOLÓGICA – ZONA COSTEIRA</b> ;	<b>ÁREAS PROTEGIDAS:</b> Viola o artigo 21.º, n.º 3, alínea a), do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, constituindo <u>contraordenação ambiental grave</u> , nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 149.º do mesmo diploma legal.
– na <b>ÁREA PROTEGIDA PARA A GESTÃO DE HABITATS OU ESPÉCIES DOS CAPELINHOS, COSTA NOROESTE E VARADOURO</b> , inserida no <b>Parque Natural da ilha do Faial</b> e na <b>ZONA ESPECIAL DE CONSERVAÇÃO DA CALDEIRA E CAPELINHOS (REDE NATURA 2000)</b> ;	<b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – POOC FAIAL</b> Viola os artigos 11.º, n.º 1, alínea a), 12.º e 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2012/A, constituindo <u>contraordenação</u> prevista no artigo 137.º, n.º 1, do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto.
– na <b>ZONA A – ÁREAS INDISPENSÁVEIS À UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA ORLA COSTEIRA</b> , numa zona classificada, na planta síntese do <b>POOC da ilha do Faial</b> , como <b>ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE NATURAL, CULTURAL E PAISAGÍSTICO</b> ;	<b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – PDM HORTA</b> Viola o artigo 19.º do Regulamento do PDM da Horta, constituindo <u>contraordenação muito grave</u> , prevista no artigo 40.º-A, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 50/2006 de 29 de Agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de Março.
– em zona classificada como <b>ESPAÇOS FLORESTAIS DE PROTEÇÃO</b> e em área afeta à <b>RESERVA ECOLÓGICA</b> , na tipologia <b>ZONA COSTEIRA – ZONA TERRESTRE</b> , no <b>PDM Horta</b> .	



#### 4 – Indicações e medidas adotadas

1. Pelas infrações detetadas foi levantado o Auto de Notícia N.º AUTO-2019-0007, de 31/07/2019, propondo-se o seu encaminhamento ao senhor inspetor regional para instauração do competente processo de contraordenação.
2. Propõe-se dar conhecimento do presente relatório à Direção Regional do Ambiente/Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território.

Horta, 31 de julho de 2019

A Inspetora Superior Principal

(Cláudia Maria Ferreira Garcia da Rosa)

Em anexo:

- **DOC.1:** Relatório de inspeção, INSP-2018-0035, de 29/06/2018;
- **DOC.2:** Notificação, SAI-2018-0342, de 29/06/2018;
- **DOC.3:** Pedido de parecer sobre viabilidade de construção submetido pelo requerente à DRA, ENT-2018-0781, de 15/10/2018;
- **DOC.4:** Pedido de parecer sobre viabilidade de construção submetido pelo requerente à DRAM, ENT-2018-0782, de 15/10/2018;
- **DOC.5:** Parecer emitido pela DRA, ENT-2019-0110, de 24/01/2019;
- **DOC.6:** Parecer emitido pela DRAM, ENT-2019-0303, de 12/03/2019.